

## ATA DA 603ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, na sede social da COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, situada na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Capital do Estado de São Paulo, realizou-se a seiscentésima terceira reunião do Conselho de Administração da CETESB. Abertos os trabalhos sob a presidência do conselheiro JÔNATAS Souza da Trindade, na forma do disposto no art. 13 do Estatuto Social da CETESB e secretariada por mim, Valdecir Sarroche da Silva, com a participação dos conselheiros THOMAZ Miazaki de Toledo, ROSE MIRIAN Hofmann, MARISA Maia de Barros, JOSÉ PAULO Neves, KELLY Lopes Lemes, RODRIGO Levkovicz, SIMONE Patrícia da Silva e dos conselheiros independentes JOÃO RICARDO Pereira da Costa (de forma virtual), CLÁUDIO Carvalho de Lima e LUIZ ANTÔNIO Ferraro Júnior. Como convidados, o senhor Adriano Rafael Arrepiá de Queiroz, Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental; e senhoras Liv Nakashima Costa, diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade; Carolina Fiorillo Mariani, Diretora de Qualidade Ambiental; Fernanda Amaral Dantas Sobral, assistente executivo da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental; Andrea Cristina Grillo, gerente da Divisão de Pessoas, Benefícios e Relações Sindicais; e o senhor José Armando Tortella, representando o Setor de Dados Capital Humano e Relação Trabalhista. Iniciada a reunião, o senhor Cláudio justificou o motivo de sua ausência nas últimas duas reuniões do Conselho. Em seguida, conforme a Ordem do dia, passou-se ao **item 1 da pauta – Aprovação da Ata da 602ª Reunião do Conselho de Administração – RCA**. Dispensada a leitura, uma vez que os membros receberam a minuta previamente, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. A seguir, passou-se ao **item 2 – Relato dos trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário da CETESB pelo Coordenador**. O senhor João Ricardo discorreu sobre os temas que foram analisados na 129ª e 130ª reuniões do Comitê de Auditoria realizadas em 28/06 e 19/07, respectivamente, quais sejam: **2.1) Canal de Denúncias - Protocolo nº 2136 - apurações relativas à Informação Técnica-IT nº 001/2024/PA e 2.2) Apresentação sobre a Avaliação dos Níveis de Maturidade da Governança Corporativa nas Empresas – Plano de Ação**. Quanto ao primeiro, informou que conforme mencionou na reunião de maio (601ª RCA de 28/05/2024), o Comitê de Auditoria acompanhou as apurações do caso, conforme descritas na referida IT, reunindo-se com os integrantes da Auditoria Interna e do Comitê de Ética, fazendo recomendações quanto à condução das diligências, tanto em relação aos gestores da referida agência ambiental quanto das duas empresas locais que estariam sendo favorecidas, ressaltando que, ao final das apurações, concluiu-se pela improcedência da denúncia. Quanto ao segundo tema, informou que o propósito foi entender, a partir de conversa com a gerente do Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional – PD, senhora Érica, responsável na condução do processo junto à Secretaria da Fazenda e Planejamento – SEFAZ relativas ao questionário sobre os “níveis de maturidade de governança”, o motivo do baixo índice (25%) quanto às questões afirmativas relacionadas a controles internos (2 de 8 questões), conforme chamou a atenção na última reunião (602ª RCA de 25/06/2024). Salientou que desconhecia o teor das demais questões não vinculadas ao Comitê de Auditoria, até esta reunião com a senhora Érica, que informou não ter sido aceita pela SEFAZ, após uma revisão preliminar, as evidências encaminhadas para determinadas questões, abrindo oportunidade para o envio de novas evidências, as quais foram providenciadas com o apoio da Secretaria de Governança. Ressaltou que esta iniciativa da SEFAZ representa uma boa guia em relação a alguns aspectos, como por exemplo, a forma de documentar os temas a serem tratados nas reuniões, os quais, por meio das atas constituirão as evidências de que foram discutidos e, nesse sentido, a importância de atentar ao seu conteúdo. Entre outros aspectos, também chamou a atenção para a necessidade de definir um responsável por

controles internos na Companhia, salientando que atualmente essa atribuição está sob a responsabilidade do gerente de Auditoria Interna, e que considera não fazer sentido visto que está no escopo da Auditoria Interna fazer a “revisão” dos controles internos. O senhor Thomaz observou que há um acompanhamento pela auditoria independente dos controles interno, pontuando que alguns assuntos que no âmbito da diretoria eram discutidos informalmente, passaram a ser tratados em Reuniões de Diretoria (RD), a fim de serem documentados (registrados em ata) e constituir evidências. O senhor Jônatas informou que tomou ciência da revisão preliminar da SEFAZ e que as melhorias necessárias para o atingimento de um melhor nível/patamar de governança passam pelo cumprimento do plano de ação proposto em reuniões anteriores. O senhor João Ricardo observou que um dos aspectos que promoverá avanços nesse sentido é o trabalho relativo à elaboração da matriz de riscos que constituirá um apoio para várias outras ações na companhia e que tem previsão de conclusão nos próximos três meses. A seguir, o senhor Jônatas sugeriu a inversão de pauta, ao que concordaram os demais membros, e sem a participação da representante dos empregados por configurar conflito de interesses, conforme disposto no § 3º do artigo 2º da Lei nº 12.353 de 28/12/2010, referido no § 1º do artigo 19 da Lei nº 13.303/2016, passou-se ao **item 4 – Resultado das Negociações Salariais - Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 referente a data base de 1º/05/2024**. A senhora Liv, acompanhada da senhora Andrea e do senhor Armando, atualizou os membros quanto ao resultado das negociações salariais no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2024/2025 junto às entidades sindicais da categoria, cujo pleito inicial foi apresentado/deliberado na 600ª RCA de 23/04/2024, em conformidade aos parâmetros fixados no Ofício Circular da Comissão de Política Salarial – CPS nº 01/2024, de 29/02/2024. Inicialmente, destacou as etapas da negociação que compreenderam quatro reuniões com os representantes sindicais, sendo três em maio (02/05, 09/05 e 23/05), com o encaminhamento à CPS das reivindicações para a análise, e a quarta em julho (03/07) com o retorno da CPS. Em seguida, mencionou as bases/condições da negociação, sendo: **a) reivindicações no âmbito do ACT** - renovação integral do atual Acordo Coletivo, com ampliação da garantia no emprego para 100%; estabilidade no emprego dos delegados sindicais; liberação de uma vaga de um diretor sindical para o Sindicato dos Químicos, Químicos Industriais e Engenheiros Químicos do Estado de São Paulo – SINQUISP; aumento real de 15% no salário e nos Vales Refeição – VR e Alimentação – VA; retorno da Cesta de Natal; **b) reivindicações adicionais (extra ACT)** - aprimoramento do Plano de Carreira com a participação dos sindicatos; inclusão dos diretores sindicais afastados no Programa de Participação nos Resultados – PPR; ampliação do limite percentual de empregados que podem gozar férias simultaneamente nos meses de férias escolares; ampliação dos núcleos de plantão para atendimento à emergência nas agências ambientais; abono integral de ausência no dia do aniversário; antecipação do pagamento do PPR 2023; aprovação da Evolução por Competência 2023, retroagindo a outubro de 2023; liberação da marcação do ponto na hora do almoço; **c) pleitos atendidos no âmbito do ACT** - reajuste de 2,77% (IPC-FIPE de maio/2023 a abril/2024) sobre os salários e benefícios econômicos (VA, VR, auxílio creche, auxílio à pessoa com deficiência, auxílio funeral e gratificação de férias); alteração do auxílio creche, aplicado a todos os empregados, sem distinção de gênero e remuneração; alteração do parcelamento da gratificação de férias, a ser paga por período de forma proporcional aos dias de férias gozados; renovação das demais cláusulas econômicas e não econômicas/sociais estabelecidas no ACT 2023/2024, vencido em 30/04/2024, incluindo a manutenção da garantia de emprego em 96%; **d) pleitos adicionais atendidos (extra ACT)** - aprimoramento do Plano de Carreira com a participação dos sindicatos; inclusão dos diretores sindicais afastados no PPR; ampliação do limite percentual de empregados que podem gozar férias simultaneamente nos meses de férias escolares (julho e janeiro); ampliação dos núcleos de plantão para atendimento à emergência nas agências ambientais; abono integral de ausência no dia do aniversário; antecipação do pagamento do PPR 2023; aprovação da Evolução por Competência 2023, retroagindo a outubro de 2023; liberação da marcação do ponto na hora do almoço. Entre outros pontos, destacou que: a) em relação à liberação da marcação do ponto na hora do almoço, trata-se

inicialmente de um estudo, sendo que os sindicatos foram informados de que há uma força-tarefa envolvida no processo de admissão dos novos concursados e que é necessário aguardar o ciclo desta negociação para regulamentar esta questão, visto que requer estabelecer um certo controle; b) em relação ao PPR houve a antecipação do pagamento em maio; c) a aprovação da evolução por competência, retroagido a outubro/2023, aguarda a aprovação da CPS; e d) os sindicatos em assembleia realizada em 04.07 aprovaram o ACT. A senhora Marisa questionou como funciona a questão relativa à liberação da marcação do ponto na hora do almoço. A senhora Liv esclareceu que a liberação da marcação do ponto se trata de um pleito antigo; e que o ponto acordado junto aos sindicatos foi quanto à revisão e definição de um novo regramento até o término da vigência deste ACT (30/04/2025), sendo que está previsto um prazo determinado para avaliação. Obtendo avanços nos estudos desta questão, serão futuramente reportados aos membros do Conselho de Administração para discussão. Por fim, a senhora Liv informou que o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Baixada Santista e Vale do Ribeira – SINTIUS, com atuação na baixada santista (Santos, Cubatão e Registro) ainda não manifestou seu aceite, e que continuam as tratativas com o mesmo, o que não impede a celebração do ACT com o sindicato da categoria preponderante (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SINTAEMA). A seguir, passou-se ao **item 3 - Apresentação dos Resultados/Desempenho das Diretorias – Projetos Institucionais - PI, Programa de Participação dos empregados nos Resultados-PPR, Plano de Ação**. O senhor Thomaz lembrou os membros que o tema foi sugerido na reunião anterior pelos senhores João Ricardo e Jônatas, com o de acordo dos demais membros, para subsidiá-los no processo de Avaliação dos Administradores. Na sequência, a senhora Liv discorreu sobre o **desempenho da Diretoria de Gestão Corporativa e Sustentabilidade “A”** abrangendo os seguintes principais **tópicos**: **1)** Estrutura Organizacional; **2)** Painel de Controle de Demandas e Projetos; **3)** Plano de Ação Emergencial – 2023/2024; **4)** Projetos Institucionais; **5)** PPR – 2023/2024; **6)** Painel de Contribuições; **7)** Principais ações dos Departamentos da Diretoria A. Sobre o **tópico 1**, destacou: **a)** a equipe de gestores à frente dos seis Departamentos que integram a Diretoria, salientando que está em processo seletivo a definição do responsável pelo Departamento de Tecnologia da Informação; **b)** a equipe de assessores e assistentes que compõe o Gabinete; **c)** o perfil do corpo funcional de acordo com a faixa etária, gênero, nível ocupacional; e **d)** a distribuição dos empregados por Departamento, ressaltando que a maior parte dos 267 colaboradores está lotada no Departamento de Suprimentos e Serviços Administrativos (116; 43% do total). Sobre o **tópico 2**, informou que o controle das demandas e projetos é feito pela equipe do Gabinete, mais especificamente pela assistente Ana Cláudia de Lima Toledo, destacando que o acompanhamento das ações prioritárias é realizado de forma compartilhada, sendo que cada Departamento atualiza semanalmente, por meio de planilha, a evolução das suas metas/atividades com controle de prazos, além de reuniões quinzenais com a Diretoria, e que a consolidação permite identificar/avaliar o estágio em que se encontra cada atividade/projeto (executado ante planejado), com alertas em relação ao percentual faltante. Sobre o **tópico 3**, informou que foram concluídas 28 ações, correspondendo a 87,5% do total de 32 previstas para a Diretoria, distribuídas entre os 5 eixos do Plano de Ação Emergencial (1-Pessoal, 2-Sistemas, 3-Infraestrutura, 4-Normas e Procedimentos – Administrativos, 5-Normas e Procedimentos – Licenciamento Ambiental, e 6-Comunicação), o qual foi pauta de reuniões anteriores (592ª RCA de 26/09/23 e 593ª RCA de 31/10/23). Relativamente às ações concluídas, mencionou que: vinte foram dentro do prazo; seis em atraso; e duas foram antecipadas, enquanto em relação as ações não concluídas, se referem especificamente: ao contrato de checklist protocolo; à alteração do Convênio Médico; à análise para contrato de nuvem; ao contrato de atendimento ao público (*Call Center*), salientando beneficiará principalmente a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental; e à revisão da precificação dos serviços, salientando que esta foi acrescida em maio/24. Sobre o **tópico 4**, destacou os resultados parciais (executado ante planejado) e principais aspectos quanto ao andamento das ações relativas ao PI 3 - Cuidar de Quem Cuida (três ações) e PI 2 – CETESB do Futuro (cinco ações), conforme referidos na 593ª RCA de 31/10/23 e 594ª RCAE de 27/11/23, quais

sejam: **a)** Plano de Transmissão do Conhecimento – 42% ante 83% - ressaltando que o cumprimento está condicionado à formalização das áreas (materialização da evidência); **b)** Subprograma de Saúde Mental e Bem-Estar – 71% ante 84% - pesquisa feita recentemente, pendente de lançamento dos resultados com as demais atividades atreladas; **c)** Aprimoramento do plano de Empregos e Salários da CETESB – 36% ante 48% - contrato assinado com a Fundação Instituto de Administração – FIA, em curso entrevista da FIA junto aos conselheiros e empregados; **d)** Fomento de sustentabilidade no Estado – 26% ante 61% - em andamento o mapeamento com as Secretarias de Estado para verificar como a Companhia pode contribuir nessa agenda, sendo já realizadas reuniões com a SEMIL e Secretaria Estadual de Energia; **e)** Plano de sustentabilidade – 33% ante 66% – sendo o mapeamento uma das ações em curso junto à Fundação Vanzolini, com previsão de maior celeridade no 2º semestre; **f)** estabelecer as diretrizes de melhoria dos serviços de TI – 25% ante 62% - incluindo a substituição do Sistema de Informações sobre Fontes de Poluição-SIPOL; **g)** análise da restauração florestal por meio de plataforma digital – 10% ante 41% - ação em conjunto com a Associação Paulista de Produtores, Fornecedores e Consumidores de Florestas Plantadas – Florestar, conforme mencionado na 588ª RCA de 29.06.23; **h)** estabelecer boas práticas de Governança de Dados na Companhia – 32% ante 75%. Sobre o **tópico 5**, demonstrou os resultados em relação ao PPR 2023 (proposto, realizado e aferido) vinculadas à Diretoria A, conforme discutidas/deliberadas pelo Conselho na 597ª RCA de 30/01/24 e 598ª RCA de 27/02/24, e destacou especialmente o Realizado “R” do 1º e 2º trimestres/2024 (1T24 e 2T24), respectivamente, em relação aos Alvos “A” propostos relativos às metas do PPR 2024, quais sejam: **PPR 2024 - Meta 1** – redução do nível do grau de dependência do Tesouro (vinculatória e obrigatória) – condicional ao atingimento mínimo de 70% da meta, **A:** 34%, **R:** 1T24 - 20,02% e 2T24 - 20,71% (atingida); **Meta 2** - redução dos custos operacionais no ano, **A:** R\$ 15 milhões, **R:** 1T24 - R\$ 1,82 milhões (2T24 – não disponível); **Meta 3** - ampliação de investimentos e desenvolvimento, **A:** 3%, **R:** 1T24 - 3,88% e 2T24 - 4,69%; **Meta 4** - estruturação da Política de Governança de Dados (PGD), **A:** 100%, **R:** 1T24 - 80% e 2T24 - 100%; **Meta 11** - satisfação do usuário sobre o atendimento da CETESB, **A:** 75%, **R:** 87% (ambos trimestres); **Meta 12** - ampliação do alcance das Pesquisas de Satisfação, **A:** 2.000 (respostas obtidas no ano), **R:** 1T24 - 318 ; 2T24 - 1.286; **Meta 13** - Realização do Painel de Contribuições, **A:** 100%, **R:** meta consolidada pela Presidência. Salientou que em relação ao PPR 2023 a única meta não atingida foi a de nº 4 - geração de 1.280.000 kWh/ano de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, cujo resultado foi 670.255,07 KWh/ano, influenciado pelo atraso na implementação de placas de energia fotovoltaica nas agências devido à infraestrutura, além de outros fatores externos, como a não instalação do medidor pela concessionária ENEL. O senhor Cláudio questionou se essa questão foi sanada, ao que a senhora Liv informou que sim. O senhor Luiz Ferraro ponderou em relação à meta 13, ressaltando que a Companhia está num processo de aprendizado e considera mais importante a consolidação da implementação de uma rotina padronizada de gestão que envolva um acompanhamento desde o nível de gestão mais baixo (gerente de Setor) até a Presidência, do que efetivamente as áreas cumprirem plenamente o que propuseram. A senhora Liv informou que algumas ações têm sido feitas nesse sentido junto aos setores e divisões, ponderando que há características diferentes entre a Diretoria A e as demais Diretorias que dificultam uma padronização, acrescentando que a orientação tem sido para que cada gerente (Setor/Divisão) atue mais próximo às suas equipes a fim de otimizar os resultados. O senhor Thomaz informou que está prevista a capacitação dos gestores no 2º sem/2024 e que a CETESB está amadurecendo na cultura e propagação de gestão de metas/resultados, sendo que isto depende em boa parte do apoio dos assessores de cada diretoria, salientando que o Painel de Contribuições, conforme referido na meta 13 do PPR, cujo resultado parcial aponta o atingimento de 30%, está em linha a esse propósito. O senhor Jônatas questionou qual tem sido o retorno/participação dos empregados em relação à implementação do Painel de Contribuições, ao que a senhora Liv respondeu que houve recentemente um levantamento para subsidiar a elaboração de uma FAQ (perguntas/respostas frequentes) a fim de melhor orientação aos empregados. O senhor Thomaz observou que apesar da percepção de certa resistência, em razão de

não fazer parte da cultura da empresa a gestão de resultados em níveis intermediários de liderança, uma vez que as metas são definidas em nível superior (gabinete/diretoria), a dinâmica desse mecanismo permitindo a proximidade/participação junto ao corpo funcional, é relevante para um melhor planejamento, e que no âmbito da Presidência tem feito reuniões bimestrais junto aos gerentes de departamento para alinhamento nesse sentido. A senhora Simone observou que o atendimento das maiores demandas compete às chefias inferiores/intermediárias e corroborou em relação à importância da participação destas no planejamento/definição das metas. Quanto ao **tópico 6**, a senhora Liv destacou que há 60 metas vinculadas aos quatro Projetos Institucionais que envolvem a diretoria A, discorrendo sobre a dinâmica quanto ao acompanhamento de cada uma por meio de um “Painel de indicadores” (*dashboard*) que contém entre outros dados: a descrição dos objetivos estratégicos; os objetivos de contribuição da área; as métricas/medidas de contribuição; fórmula e metas (período e parcial); e atualização quanto aos resultados, os quais são consolidados e divulgados pelo PD a partir das evidências que são encaminhadas pelos departamentos. Quanto ao **tópico 7**, no âmbito do **Departamento de Pessoal e Cultura**, destacou as seguintes ações vinculadas à três metas, sendo - **a) atendimento às demandas da Pesquisa Clima Organizacional** - 2023: **a1)** concurso público – principal demanda do corpo funcional conforme a pesquisa; **a2)** guia de integração; **a3)** programa de estágio – 2.295 inscritos com resultado previsto para 2ª semana de agosto; **a4)** revisão do aprimoramento do Plano de Empregos e Salários – PES – com a participação da FIA; **a5)** programa de Saúde Mental – resultados da pesquisa previstos para agosto; **a6)** capacitação gerencial – ministrada pela Fundação Dom Cabral – FDC com carga total de 960 horas (120h por turma); **b) Motivação** - desligamentos consensuais – total de 45 desligamentos – economia de aproximadamente R\$ 14 milhões, com previsão de economia de R\$ 7 milhões em 2024 e 2025; **c) Modernização** – ajuste de banco de horas, reformulação de pagamento – regras de substituição, melhorias de comunicação – inserção na intranet de informações/atualizações sobre o plano de carreira, plano de assistência médica, entre outros. No âmbito do **Departamento de Sustentabilidade** destacou as seguintes ações vinculadas às metas de: fomentar a sustentabilidade no Estado; modernizar e melhorar as políticas internas; e difundir conhecimento e dados: **a)** evento/palestra “Jornada de Sustentabilidade, em busca de um desenvolvimento corporativo sustentável” - realizado em 04/07, organizado pela Fundação Vanzolini; **b)** seminário/roda de conversa sobre “desafios para quantificação das emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE em aterros sanitários”; **c)** lançamento do relatório dinâmico relativo às atividades do Estado, no âmbito das mudanças climáticas, com o objetivo de melhorar a qualificação dos dados; **d)** Painel sobre os resultados de Logística Reversa – LR – a ser disponibilizado em breve com dados históricos desde 2012, visando maior transparência nesta política estadual, salientando que a CETESB recebe alta demanda pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, e que ele contempla não apenas empresas que atuam em São Paulo, mas as que possuem plantas em outros estados, aderentes a planos coletivos. Os senhores Luiz Ferraro e Cláudio questionaram em relação ao compromisso das empresas aderentes ao plano de LR. A senhora Liv informou que atualmente ainda não há como identificar as empresas devedoras, salientando que a partir da ampliação das atividades licenciadas no estado, por meio do novo Decreto, haverá maior possibilidade para esse controle. No âmbito do **Departamento Econômico-Financeiro**, destacou a principal ação desenvolvida em alinhamento às metas de: modernizar, automatizar; organizar e melhorar o planejamento; ampliar investimento e dar celeridade; e construir indicadores para ampliação do conhecimento da Companhia, a qual foi o desenvolvimento do Painel (Painel de Gestão à Vista) que possibilita à cada diretoria uma visão ampliada quanto à gestão orçamentária (realizado ante previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA) em relação aos diversos itens que integram os três grupos contábeis “Despesas Correntes, Investimentos e Pessoal e Reflexos”, destacando que esta iniciativa possibilitou que as Diretorias tivessem conhecimento de todos os contratos a elas vinculados e que o objetivo é migrá-los para o sistema Totvs. No âmbito do **Departamento de Tecnologia da Informação**, informou que as ações estão vinculadas às metas de: melhorar sistemas e infraestrutura; melhorar atendimento; modernizar - digitalizar e automatizar; e ampliar a segurança,

destacando entre as principais: **a)** melhorias no sistema de licenciamento e-Cetesb, salientando que em 2024 está em curso a automatização do sistema de Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental-CADRI, entre outros, como o de Fontes Móveis, para acompanhamento de multas; **b)** o Painel “Gestão de Projetos” para definição das prioridades em relação às demandas advindas das várias áreas, bem como acompanhamento dos principais projetos, com base nas decisões da Diretoria Colegiada; **c)** a aquisição de 350 notebooks e 31 desktops principalmente destinados à Escola Superior da CETESB – ESC e aos novos ingressos do concurso, e; **d)** melhorias em telecomunicação/infraestrutura - instalação do PABX em 18 agências (concluído), Wi-fi (11 agências atendidas de 21 previstas) e aumento dos links de internet (26 agências atendidas de 28 previstas). No âmbito do **Departamento de Suprimentos e Serviços Administrativos**, informou que as ações estão vinculadas às metas de: modernizar – digitalizar e automatizar; agilizar/desburocratizar; organizar; e ampliar transparência, destacando entre as principais ações: **a)** substituição do modelo “frota própria” por “locação de veículos”, permitindo redução dos custos de manutenção; **b)** ampliação da instalação de painéis de energia fotovoltaica; **c)** mutirão de limpeza (redução/inutilização de armários fora de uso) a fim de disseminar a cultura de “não deixar no trabalho aquilo que não é do trabalho”, e; **d)** contratação dos serviços de *Call Center* e desmobilização dos serviços da gráfica. No âmbito do **Departamento de Governança e Inteligência de Dados**, informou que as ações convergem às metas de: fomentar cultura de dados; qualificar e organizar os dados da empresa; ampliar o acesso às informações; e ampliar o uso das aplicações voltadas à avaliações geoespaciais, destacando, entre as principais: **a)** Acordo de cooperação com a Associação Paulista de Produtores, Fornecedores e Consumidores de Florestas Plantadas – Florestar (conforme referência no tópico 4), que desenvolveu um projeto para monitoramento automático da vegetação nativa, o qual será pleiteado junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; **b)** continuidade em 2024 do *Hackathon* junto à Florestar com o objetivo de buscar/developar soluções tecnológicas para as questões ambientais em parceria com outras instituições, como a Fundação Florestal; **c)** programa Datanautas, com ampla divulgação ao corpo funcional e trabalho conjunto com a SEMIL; **d)** projeto VoaCETESB, iniciativa para apoiar o ordenamento e fomentação do uso de drones na CETESB, e; **e)** a modernização de mapas como o de Qualidade das Praias, com atualizações e incremento de informações por meio da correlação de dados relativos ao vento e clima, e o uso do satélite (georeferenciamento). A senhora Marisa teceu breves ponderações e questionamentos de alguns pontos, entre eles, relativamente ao dimensionamento da estrutura de departamentos, na correlação chefia-subordinados, como por exemplo, de Governança e Inteligência de Dados – AD, conforme abordada no tópico 1, considerando a composição de um gerente e três colaboradores, observando que seria viável, com base nessa estrutura enxuta, incorporá-la em outra área. A senhora Liv informou que a iniciativa do Datanautas despertou o interesse de alguns colaboradores em atuar nesse departamento, pontuando que estão previstas mudanças no sentido de fortalecê-lo, sendo uma delas incorporar o Setor de Estatísticas, que atualmente integra o Departamento de TI, com o propósito de realizar o tratamento/análise de dados de forma mais ampla/corporativa. Entre outros pontos, mencionou: que outra meta para o AD seria ampliar o escopo para dados de geoprocessamento; que atualmente estão sendo desenvolvidos vários “Painéis de dados/informações” (*dashboards*), porém sem uma padronização, conforme preconiza as melhores práticas, o que também abre a possibilidade de agregar esta atribuição ao AD, salientando que cabe à TI garantir a “segurança” do dado, porém não a sua “qualidade”. Ressaltou que a CETESB está, por meio do AD, buscando agrupar/consolidar os dados de forma inteligente ao seu negócio (*BI – Business Intelligence*), sendo um dos pontos importantes nesse sentido, garantir que eles tenham “qualidade e confiabilidade” para serem utilizados interna e externamente, pontuando que há algumas perspectivas quanto à automatização de licenças, por exemplo, que requerem assertividade nos processos de avaliação. O senhor Luiz Ferraro ponderou, entre outros pontos, sobre a definição de parâmetros quanto à gestão de pessoas, bem como a contratação de consultoria para desenvolver estudo quanto ao volume/complexidade de tarefas. O senhor Thomaz contextualizou brevemente os principais

motivos relacionados à criação dos departamentos de Sustentabilidade e de Governança e Inteligência de Dados, salientando que a proposta inicial era de que “governança e inteligência de dados” servisse às demais diretorias, em especial, a de Qualidade Ambiental., considerando as suas características de produção de relatórios para atender o público interno e externo, e que a expectativa/ações de ampliar o escopo de suas atividades, conforme mencionou a senhora Liv, está em andamento. Ao final, os conselheiros parabenizaram a senhora Liv pela apresentação. Em seguida, a senhora Fernanda, representando a diretora Mayla Matsuzaki Fukushima que não pôde participar por motivo de férias, discorreu sobre o **desempenho da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental “I”**. Após uma breve apresentação em que destacou sua experiência/atuação de 17 anos na Diretoria I, sendo 4 como gerente de departamento, explanou sobre os principais aspectos/resultados a partir dos seguintes **tópicos**: **1)** Estrutura Organizacional; **2)** Plano de Ação Emergencial 2023; **3)** Estratégia de Redução do Estoque - comparativo da posição do estoque relativo aos pedidos de Licença; **4)** Projetos Institucionais; **5)** PPR 2024 – resultados parciais; **6)** Painel de Contribuição; **7)** Outras ações de destaque. Sobre o **tópico 1**, demonstrou o organograma da diretoria composta por três Departamentos: Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental – IL, com 2 Divisões e 4 Setores; Apoio em Avaliação de Projetos e Processos – IA, com 3 Divisões e 6 Setores; e Desenvolvimento de Ações Estratégicas para o Licenciamento, com 2 Divisões e 5 Setores, além de 4 assistentes executivos e 7 assessores, que integram o Gabinete, destacando as principais características de cada Departamento/Divisão e as duas reestruturações recentes ocorridas na Diretoria I, sendo a primeira com a reativação do ID, no 1º sem/2023 e a segunda, com a migração da Divisão de Licenciamento de Obras Hidráulicas e Lineares do IL para o ID, no 1º sem/2024. O senhor Thomaz informou que a principal razão para esta reestruturação foi balancear a distribuição de trabalho em razão da sobrecarga que havia no IL devido à alta demanda de licenças de avaliação de impacto ambiental, sendo que o ID tem atribuições de apoio, como o desenvolvimento de novas ferramentas e normativas, que qualificam a produção do licenciamento, salientando que o IA também dá apoio à Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental “C”. Sobre o **tópico 2**, destacou o estabelecimento de duas ações emergenciais relativamente ao Eixo 4 – Normas e procedimentos - licenciamento ambiental, do Plano de Ação Emergencial 2023, conforme discutido na 587ª RCA de 23.05.23, a partir de um diagnóstico que identificou que o maior estoque (cerca de 70% - demanda do IL) estava relacionado às Licenças de Operação (LO) e renovação de Licenças de Operação (RLO), resultando tanto na ação de reativar o ID, como em estabelecer estratégias emergenciais para sua redução, quais sejam: **2.1)** “*avaliar estratégias para redução*”, vinculada ao objetivo específico de otimizar o fluxo dos processos e reduzir estoque, proporcionando a redução do estoque de pedidos de LO e RLO de obras lineares (energia – dutos e linhas de transmissão) em: **a)** 38% (Setor de Licenciamento de Empreendimentos Lineares-ILOL) e 13,5% (IL), correspondente a 63 processos encerrados de um total de 165 - emissão de 24 licenças, no período de agosto a dezembro/23 em comparação a julho/23; **b)** 38% (ILOL) e 14,5% (IL), correspondente a 49 processos encerrados de um total de 128 - emissão de 25 licenças, no período de janeiro a junho/24 em comparação a dezembro/23; **2.2)** “*elaborar linhas de corte para o licenciamento*”, vinculada ao objetivo específico de revisar enquadramento e triagem para otimizar o licenciamento, a qual está em andamento, sendo publicadas seis Decisões de Diretoria: DD 046/2023/C/I - galpões logísticos; DD 086/2023/I - gasodutos; DD 085/2023/I - obras metroferroviárias; DD 095/2023/I - procedimento para LOs de obras lineares; DD 022/2024/I - regularização de rodovias, e outra referente a presídios, sendo as duas últimas desdobramentos do PI 9 - Foco no Impacto. Sobre o **tópico 3**, demonstrou o seguinte comparativo da posição do estoque de licenças relativo a junho/2024 ante julho/2023, de acordo com os respectivos instrumentos e tipologia: Licença Prévia-LP (Estudo de Impacto Ambiental-EIA) – 50 ante 51; LP (Relatório Ambiental Preliminar-RAP) – 70 ante 73; LP (Estudo Ambiental Simplificado-EAS) – 18 ante 36; Licença de Instalação-LI – 17 ante 43; LO + RLO – 347 ante 408; Relatório de Regularização Ambiental-RRA – 81 ante 85; Total – 583 ante 696 (redução de 26,2%). Entre outros pontos, salientou que as reduções de estoque de LI têm sido favorecidas em razão de estarem inclusas como meta no



PPR e há normativas previstas para algumas tipologias LP-RAP. Sobre o **tópico 4**, demonstrou o andamento das ações em relação aos dois Projetos Institucionais vinculados à Diretoria, quais sejam: PI 9 - Foco no Impacto e PI 10 - Mapfauna-SP. **Relativamente ao PI 9**, destacou a “Elaboração/Revisão de linhas de corte para o licenciamento com Auto de Infração Ambiental – AIA”, sendo: quatro normativos publicados em 2023 - Galpões Logísticos, Gasodutos, Ferrovias/metrô e Procedimento de licenciamento de obras lineares); dois em 2024 - Resíduos sólidos e Regularização de rodovias; três em andamento – Distrito Industrial; Presídios e Parques Temáticos; e outros quatro previstos que demandam maior estudo/avaliação - Aeródromos; Parcelamento do Solo; Barragens e Mineração. Entre outros aspectos, o senhor Thomaz observou em relação à descentralização de alguns processos relativos à “resíduos sólidos/aterros” para a Diretoria C/Agências por meio de DD. A senhora Kelly questionou em relação às de “Presídios” se referem-se à novas linhas de corte ou revisão das atuais, ao que a senhora Fernanda e o senhor Thomaz informaram que a Companhia licencia os novos e a ideia quanto aos atuais (revisão) é manter apenas o controle em relação ao impacto de efluentes. Na sequência, a senhora Fernanda informou que foram revistos/elaborados outras normas internas para o licenciamento e equipes de apoio, como: a) roteiros e manuais para o licenciamento com AIA (LI, LO) visando padronização e melhor entendimento tanto internamente quanto ao empreendedor; b) banco de exigências; c) módulo de emissão e gestão de licenças no Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGAM (fase de testes), salientando que atualmente o processo é manual; d) formulários semidigitais, sendo concluído para o EAS de linhas de transmissão; e) capacitações técnicas; f) desenvolvimento/integração de base de dados, destacando que o e-Cenários é uma ferramenta muito utilizada pelo IL; f) simplificação de procedimentos para análise de risco (bases de combustíveis e usinas), principalmente visando a redução da demanda das equipes de apoio e otimizar a atuação das agências; g) revisão e padronização de pareceres técnicos; h) capacitação continuada (ar, ruído, risco tecnológico, efluentes, resíduos). **Relativamente ao PI 10**, destacou o andamento em relação à três ações: a) *Disponibilizar os dados das campanhas de fauna provenientes dos estudos ambientais* – realizado organização e cadastramento de planilhas no portal e-Cenários; b) *Ampliar o conhecimento técnico das equipes* – realizados três cursos: de fauna silvestre no 1º sem/2024, além de contratação de consultoria especializada e seminários; c) *Utilizar os dados da fauna terrestre provenientes do licenciamento para composição de índice de qualidade ambiental* – realizado levantamento para elaboração de proposta de indicador de qualidade ambiental. O senhor Jônatas questionou que tipo de dado se refere a primeira ação (letra “a”) e teceu breves ponderações em relação aos tipos de dados e sua forma de disponibilização (padronização), citando como exemplo este contexto em relação ao IBAMA e propondo um intercâmbio com o órgão nesse sentido, ao que a senhora Fernanda informou que se trata de dados relativos aos registros de todas as espécies de cada grupo de fauna, cuja planilha está sendo padronizada. O senhor Rodrigo ponderou sobre a possibilidade e benefícios quanto ao compartilhamento da base de dados de fauna dos relatórios da Fundação Florestal – FF à CETESB e vice-versa. Sobre o **tópico 5**, a senhora Fernanda informou que as metas do PPR 2024, conforme deliberadas na 598ª RCA de 27/02/24, estão alinhadas aos Projetos Institucionais, destacando os seguintes resultados parciais (data base: junho/2024): **a) relativos à meta 9** – “Zerar o estoque de pedidos de LI de obras de infraestrutura solicitadas até 2023 e atender os pedidos de LI de obras de infraestrutura solicitadas em 2024, no prazo de até 180 dias”: Estoque 2023: total – 31, encerrados – 19; Entradas 2024: Entradas – 10; Encerrados – 5; Atingimento da Meta – 58%; **b) relativos à meta 10** – “Regularização ambiental da malha estadual concedida”, destacou a situação em relação às cinco etapas (descrição, data da conclusão e/ou % atingida da meta): **b1)** elaboração e publicação da DD de Regularização de Rodovias – 25/03/24 – 70%; **b2)** publicação do roteiro para elaboração do Relatório Ambiental para Regularização da malha de Rodovias – 25/06/24; **b3)** estabelecimento de cronograma de convocação das concessionárias – 28/06/24, salientando que envolve nove concessionárias para alinhar como serão atendidas as solicitações com expectativa de conclusão até o final do ano – realizada reunião com a Intervias e contatos com a EixoSP; **b4)** emitir 4 Licenças de Operação de regularização de rodovias concedidas – aguarda



solicitações – 90%; **b5)** Emitir 8 Licenças de Operação de regularização de rodovias concedidas – aguarda solicitações – 100%. O senhor Cláudio questionou qual o setor que mais demanda Licenças de Instalação, ao que a senhora Fernanda respondeu que, excetuando as obras que envolvem parcelamento do solo e mineração que mais competem à Diretoria C (Agências), as maiores demandas estão nos setores de energia (linhas de transmissão), rodovias e saneamento. O senhor Jônatas observou que há aspectos relacionados ao licenciamento de empreendimentos e atividades de saneamento que podem ser padronizados ou simplificados. A senhora Fernanda informou que por meio de uma DD no início do ano a Diretoria C ficou responsável pelos licenciamentos dos projetos vinculados ao “Integra Tietê”, em razão deste ser uma continuação do Plano Diretor de esgotos que previa cinco grandes estações de tratamento (já implantadas) e toda rede associada (mais de 500 km), salientando que a Diretoria I atua nos licenciamentos de projetos de esgoto que atendem municípios acima de 150 mil habitantes, e de água considerando os que têm barramento ou transposição de bacia, estando o restante sob competência da Diretoria C, e que as Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs estão sendo ampliadas, citando como exemplo as ETEs Barueri, São Miguel Paulista e Parque Novo Mundo e as agências terão capacidade de verificar/monitorar a expansão da rede junto ao municípios. Sobre o **tópico 6**, destacou que o Plano de Contribuições é uma das metas que integra o PPR 2024 (peso 10%), alinhado ao PI 1 “Cetesb Infoma”, contemplando as seguintes iniciativas/metast: **a)** de comunicação nas redes sociais; **b)** de elaboração de procedimentos, instruções técnicas, roteiros e capacitações (fontes fixas, biomassa, águas residuárias, estudo circunstanciado, entre outros); **c)** para redução de estoque no licenciamento (IL/ID); **d)** de atendimento ao licenciamento de dez projetos prioritários de governo (como: metrô, túneis e rodovias); **e)** upload de 64 campanhas de fauna no e-Cenários. Sobre o **tópico 7**, mencionou, além da reestruturação já citada no tópico 1: **a)** o fortalecimento da capacidade operacional (contratação de pareceristas); **b)** integração das equipes para análise e emissão de autorizações de manejo de fauna provenientes da SEMIL vinculadas ao licenciamento; **c)** gestão de prazo do Ministério Público; **d)** busca por investimentos/parcerias, principalmente para o e-Cenários; **e)** análise orçamento/Diretoria (custo/investimento); **f)** restauração florestal e novas tecnologias para a qualidade ambiental; **g)** pesquisa de Clima Organizacional e reunião de balanço com equipes – reuniões gerenciais realizadas em abril e maio/24 e previsão em outubro/24; **h)** lançamento das normativas de Regularização de Rodovias e do Plano de Mitigação de Atropelamento de Fauna. O senhor Jônatas questionou se a análise de autorizações de manejo de fauna (item b) é feita por parecerista ou se pela equipe, ao que a senhora Fernanda informou que atualmente é por parecerista mas a expectativa é passar à equipe. O senhor Thomaz acrescentou que a intenção é que tanto as autorizações de manejo de fauna como de supressão de vegetação (ASV) tenham a coordenação centralizada em duas pessoas na própria Diretoria I e, quanto à sala e-Cenários (item d), que a implementação foi bancada principalmente pelo Departamento de Estradas de Rodagem-DER e Banco Mundial. Quanto à análise orçamento/Diretoria (item e), o senhor Thomaz, após contextualizar um breve histórico em relação à origem de atuação da Diretoria I, que anteriormente integrava a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (atual SEMIL), reiterou o que havia comentado na última reunião (602ª RCA de 25/06/2024) em relação à necessidade de revisão da metodologia de cálculo do preço das licenças, chamando a atenção para a revisão sob a ótica de efetuar a cobrança dos serviços de licenças de acordo com o “esforço” e não com o “potencial poluidor” das atividades, em conformidade ao previsto na Lei Complementar federal nº 140/2011. Ao final, os membros parabenizaram a senhora Fernanda pela apresentação. Na sequência, a senhora Carolina discorreu sobre o **desempenho da Diretoria de Qualidade Ambiental “E”**. Inicialmente expôs um breve resumo de sua experiência profissional e acadêmica, destacando que assumiu a Diretora em março de 2023 e que o escopo da sua apresentação abrange demonstrar: a condução e gestão da Diretoria; os resultados e acompanhamento das ações compromissadas; e os desafios presentes e futuros na gestão da qualidade ambiental no Estado. Nesse sentido, discorreu sobre os seguintes **tópicos**: **1)** Estrutura Organizacional – dimensionamento e atribuições; **2)** Redes de monitoramento e atividades de laboratório; **3)** Diagnóstico e ações iniciais; **4)** Atividades do

período e resultados - **4.1)** Plano Emergencial 2023; **4.2)** Gestão de Áreas Contaminadas; **4.3)** Projetos Institucionais 2024; **4.4)** Painel de Contribuições 2024; **4.5)** Orçamento; **4.6)** Esforço de Alinhamento; **5)** Análise de Risco; **6)** Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT; **7)** Regulação; e **8)** Desafios – **8.1)** Workshop dos Relatórios de Qualidade; **8.2)** Indicadores operacionais, qualidade dos dados ambientais e transparência, integração dos laboratórios e regulação. **Sobre o tópico 1**, destacou que a estrutura é composta por 5 Departamentos, 19 Divisões e 1 Setor, sendo: Departamento de Qualidade Ambiental, com 2 Divisões (Qualidade do Ar; Qualidade das Águas e do Solo); Departamento de Análise Ambientais, com 6 Divisões (Análises Físico-químicas; Toxicologia Humana e Saúde Ambiental; Análises Hidro biológicas; Amostragem; Metrologia e Calibração; Microbiologia e Parasitologia); Departamento de Laboratórios Descentralizados, com 7 Divisões (Laboratórios de: Campinas, Cubatão, Limeira, Marília, Ribeirão Preto, Sorocaba e Taubaté); Departamento de Fontes Móveis de Emissão, com 2 Divisões (Avaliação e Ensaio de Veículos, Emissões Veiculares); Departamento de Áreas Contaminadas, com 2 Divisões (Apoio ao Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Revitalizações e Informações em Áreas Contaminadas); e Setor de Atendimento à Emergências. Relativamente ao corpo funcional informou que abrange aproximadamente 350 colaboradores, distribuídos entre o gabinete, as áreas (46 gerentes e 281 funcionários); e novos funcionários a ingressarem pelo concurso. Entre as principais atribuições, destacou: atendimento a emergências químicas; monitoramento da qualidade ambiental e dos efluentes: coleta e análises ambientais; gerenciamento de áreas contaminadas; controle e fiscalização de fontes móveis, além da interface com outras Diretorias quanto ao apoio nos processos de licenciamento e às atividades de controle e fiscalização. **Sobre o tópico 2**, reportou os seguintes dados relativos aos pontos de monitoramento/frequência de medição: **2.1) Redes de monitoramento:** **a)** Qualidade do Ar: 63 pontos (automático)/contínua; e 22 pontos (manual)/semanal-mensal; **b)** Qualidade das Águas: 18 pontos (automático)/contínua; **c)** Águas interiores: 540 pontos (manual)/trimestral; **d)** Águas subterrâneas: 395 pontos (manual)/semestral; **e)** Águas costeiras – 70 pontos (manual)/semestral; **f)** Balneabilidade das praias litorâneas – 168 pontos (manual)/semanal; **g)** Efluentes Líquidos realizados (fiscalização/licenciamento) – 735 pontos de lançamento (empreendimentos prioritários monitorados em 2023)/anual; **2.2) Atividades de Laboratórios:** **a)** Ensaio Acreditados - 1.392; **b)** Ensaio Analíticos Realizados - 309.358 (ano base 2023); **c)** Ensaio de Emissões Veiculares Realizados – 177 (ano base 2023). **Sobre o tópico 3**, informou que seu conhecimento relativamente à atuação e qualificação da CETESB durante sua vivência acadêmica, ajudaram-na a traçar um **diagnóstico** voltado à importância/necessidade de organizar/disponibilizar os dados ambientais de forma a gerar maior potencial de uso à população (geração de valor público). Nesse sentido, destacou o seguinte contexto: **a) Percepção anterior** – seis aspectos: grande quantidade de dados de qualidade ambiental oriundo de redes de monitoramento próprias; comunicação técnica e científica; infraestrutura de laboratórios de ponta; reconhecida e corpo funcional qualificado de excelência; capacidade de inovação; referência nacional e internacional em temas ambientais; **b) Diagnóstico inicial** – sete aspectos: dados de qualidade com potencial para gerar grande valor público, internamente e externamente; transparência passiva e linguagem pouco acessível; pouca clareza na definição de responsabilidades e papéis; visão pontual das áreas, com pouca integração e sem direcionamento corporativo; resistência a mudança e falta de reavaliação de contexto; controle e supervisão sem análise crítica e sem conexão com planejamento estratégico; insuficiência na instrução processual e na construção de Regulação. **Relativamente às ações iniciais** que pudessem contribuir para melhorias nesse sentido, destacou, entre outras: reestruturar o Gabinete e definir responsabilidades para fazer frente a linhas de atuação, incluindo a contratação de dois profissionais, sendo um com qualificação em riscos/projetos e outro em áreas contaminadas; conhecer todas as áreas/setores, incluindo visitas aos laboratórios descentralizados; promover direcionamentos e alinhamento entre os diferentes instrumentos de planejamento da companhia, considerando o diagnóstico e os feedbacks da equipe; definir ações do Plano Emergencial 2023; e outras no âmbito do Planejamento Estratégico e Plano de Negócio em conjunto com outras diretorias, vinculadas às

sete diretrizes para a Gestão 2024-2026, conforme mencionadas na 591ª RCA de 29/08/23, em linha com os Projetos Institucionais: Monitora Tietê (PI 6), ValorizE (PI 7), RepensE (PI 8). Sobre o **tópico 4**, destacou: **relativamente ao Plano Emergencial 2023 (tópico 4.1)** - três ações concluídas, sendo duas relativas ao eixo 4 – normas e procedimentos (nova DD em substituição à DD 038/2017/C e DD plano de aplicação da vinhaça - simplificação) e uma relativa ao eixo 6 - fortalecimento institucional (Acordos de Cooperação - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - FAP/UNIFESP e FF); uma em andamento - relativa ao eixo 4 (manual de gerenciamento de Áreas Contaminadas) e uma em atraso – relativa ao eixo 6 (Guia Rápido de Áreas Contaminadas para a Diretoria C), ressaltando que quando ocorreu a migração de AC para a Diretoria E em agosto, foi necessário priorizar outras atividades, sendo que atualmente ela está sendo reprogramada por meio de um plano específico. Relativamente ao Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC citou que foi migrado para a Presidência, sem prejuízo da atuação/apoio técnico da Diretoria E. O senhor Thomaz informou, nesse sentido, que foi criada no âmbito da Presidência uma área de fundos e fomento, centralizando: Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, FEPRAC e Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP que contará com o apoio das áreas finalísticas. **Relativamente à Gestão de Áreas Contaminadas (tópico 4.2)**, ressaltou o objetivo de dar novo sentido/significado ao Departamento de Áreas Contaminadas – AC, passando do gerenciamento pontual à gestão estratégica, por meio da mudança de ótica do conceito de passivo ambiental para o conceito de ativo econômico e social, visando o potencial de reutilização dessas áreas, destacando três ações alinhadas nesse propósito: **a) Plano de trabalho geral para o Departamento**, incluindo definição de equipe para atuação estratégica; articulação institucional junto às entidades como Prefeituras; revisão de procedimentos respostas aos ofícios do MP; novo sistema de Áreas Contaminadas; identificação e cadastro de Áreas de Preservação – APs; capacitação e treinamento; entre outros; **b) “Plano de Ataque”** para otimizar análise de processos e diminuir tempo de resposta, incluindo: mobilização (interna e externa) de recursos humanos; reorganização da equipe; controle de produtividade; revisão dos procedimentos de outorga; e **c) Regulação mais clara e objetiva**, incluindo, entre outras, a revisão da DD nº 38/2017, Manual de Gerenciamento de ACs. **Relativamente aos Projetos Institucionais – PI (tópico 4.3)**, destacou as seguintes principais ações e resultados: **a) quanto ao PI Monitora Tietê (PI 6)**, interligado ao programa governamental “Integra Tietê”, cuja principal meta é *promover a melhoria efetiva da qualidade da água do Rio, dentro do escopo de ampliar em 150% o número de pontos/rios monitorados como suporte ao Integra Tietê, além de consolidar o Papel da CETESB como órgão oficial responsável pelas informações técnicas do Programa*: os **boletins trimestrais** à SEMIL com indicadores como a carga orgânica de Carbono Orgânico Total-COT e os níveis de COT nos afluentes, além do mapa dos pontos de monitoramento, conforme disponíveis no site do programa; e o andamento quanto à verificação/monitoramento da **mancha de poluição**, destacando a etapa atual quanto ao desenvolvimento da metodologia de estimação da mancha no médio Tietê a partir dos resultados de Condutividade, Carbono Orgânico Total e Oxigênio Dissolvido ao longo de 20 pontos de medição, a fim de identificar os municípios do médio Tietê impactados pelos lançamentos de esgoto doméstico gerados na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – **Evolução** de 50%, tanto em relação aos relatórios do indicadores do Integra Tietê quanto à estimativa da extensão da mancha; **b) quanto ao PI ValorizE (PI 7)**, cuja meta é *aprimorar a comunicação, visando aumentar o valor gerado (maior assertividade e linguagem mais acessível à população)*: **b1)** melhorias nos Relatórios de Qualidade de Praias, Qualidade do Ar e Emissões de Fontes Móveis, com a introdução de um resumo executivo e introdução de elementos gráficos; **b2)** eventos - Dia Mundial da Água – Monitoramento da Saúde; e Dia Mundial do Meio Ambiente, com o lançamento do Sistema Integrado de Monitoramento (telemétrico) da Qualidade das Águas do Estado de São Paulo – SIMQUA (portal: [simqua.cetesb.sp.gov.br/webgis/inicio/](http://simqua.cetesb.sp.gov.br/webgis/inicio/)) e debate sobre Gestão Integrada da Água com representantes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e Departamento de Águas

e Energia Elétrica – DAEE; **b3)** Catálogo de Dados Abertos -visando facilitar o acesso por meio da centralização dos dados em uma página no portal (<https://cetesb.sp.gov.br/catalogo-de-dados-abertos/>) abrindo a possibilidade de *download* pelo usuário – Evolução de 67%, sendo: seminários – 50%; catálogo de dados abertos – 100%; glossário de termos técnicos – 50%; **c) quanto ao PI RepensE (PI 8)** – destacou as ações voltadas à meta de *avaliar, por meio de um mapeamento e visita à rede de monitoramento, as atribuições (atuais e legais) da Diretoria nas diversas linhas de atuação ambiental*, em consonância às diretrizes institucionais, as quais interligam as seguintes atividades: **c1)** monitoramento ambiental; **c2)** consultoria, auditorias e prestação de serviços a terceiros; **c3)** licenciamento ambiental; **c4)** gestão e planejamento ambiental – políticas ambientais; **c5)** prevenção e controle de desastres ambientais; **c6)** informação, educação e conscientização ambiental; **c7)** estudos, pesquisas e inovação tecnológica; **c8)** fiscalização ambiental; e **c9)** avaliação de impacto ambiental; **c10)** proteção de ecossistemas e à saúde humana, a fim melhor refletir/repensar sobre as rotinas atuais, salientando que foram aplicadas questões para as equipes com a expectativa de consolidar um relatório até o final do ano para sequência nas etapas - Evolução de 28%, sendo: atribuições – 55%; demandas – 0%. Relativamente ao Monitora Tietê, o senhor Cláudio questionou se Guarulhos continuava sendo o principal município causador da mancha de poluição em razão da não atuação da SABESP no município durante um grande período, ao que a senhora Carolina informou que a mancha está associada a uma série de outros fatores, salientando que a melhora se dá principalmente nos pontos em que ocorre a diluição das águas dos rios Atibaia e Piracicaba. Os senhores Jônatas e Rodrigo teceram questionamentos em relação ao monitoramento dos níveis de ozônio na Qualidade do Ar, os quais foram esclarecidos pela senhora Carolina. **Relativamente ao Painel de Contribuições 2024 (tópico 4.4)**, a senhora Fernanda demonstrou a interligação com os Projetos Institucionais vinculados à Diretoria E, bem como o progresso quanto ao atingimento das metas, destacando: PI CETESB Informa – 19 metas; PI Monitora Tietê – 5 metas; PI RepensE – 35 metas; PI Valorize – 19 metas; Total – 78 metas, sendo: concluídas – 5 metas (6%); em andamento – 68 metas (87%); e não iniciadas – 5 metas (6%). **Relativamente ao Orçamento (tópico 4.5)**, informou que na última reunião da Diretoria E foi tratada a questão da transparência associada ao orçamento e, conseqüentemente, a necessidade do conhecimento/acompanhamento da execução orçamentária, por meio do “Painel de Gestão à Vista”, sendo estabelecido como um alvo para toda equipe gestora, destacando o *feedback* positivo, nesse sentido. Na sequência discorreu sobre alguns resultados parciais (realizado ante previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA) dos itens que integram os grupos Despesas Correntes, Investimentos e Pessoal e Reflexos, ressaltando o realizado de 95% no período de janeiro a junho/2024 ante o previsto (R\$ 56 milhões ante R\$ 59 milhões), destacando os seguintes aspectos/indicadores: “manutenção de máquinas e equipamentos” (R\$ 1,6 milhão – Serviços de Terceiros - Despesas Correntes); incremento dos gastos de logística, principalmente “transporte de amostras” (R\$ 1,9 milhão – Outras Despesas - Despesas Correntes); e o realizado de R\$ 1,5 milhão, relativo à “transferência do imobilizado” em andamento (grupo Investimentos), operação em curso coordenada pela área administrativo-financeira. **Relativamente ao Esforço de Alinhamento (tópico 4.6)**, destacou: **a)** conversa com todas as áreas da Diretoria E, com participação de todo corpo funcional, incluindo laboratórios descentralizados – período de 07/06/23 a 24/04/2024; **b)** reuniões quinzenais de alinhamento do Gabinete para elaboração de estratégias de ação; **c)** reuniões (quinzenais em 2023 e mensais em 2024) com os chefes de departamento para tratar da gestão das atividades; **d)** reuniões semestrais por departamento para tratar de assuntos específicos; **e)** reuniões semestrais com todos os funcionários para tratar de problemas gerais e maior integração, destacando a realização de duas pesquisas de satisfação, sendo uma ao final de 2023 e outra no 1ª encontro da Diretoria E em 2024, com a divulgação dos resultados; **f)** *Sharepoint* e acompanhamento do Gabinete, com o objetivo de compartilhar/atualizar às demais equipes as atividades e metas do gabinete (*dashboard*) e transferir as responsabilidades. Sobre o tópico 5, informou que está em curso na Companhia um processo de mapeamento de risco operacional, destacando que na Diretoria E foram analisadas duas áreas, com o seguinte resultado: **a) Departamento de Gerenciamento de Áreas**

**Contaminadas** – identificados e avaliados 33 eventos de risco, sendo: quanto à classificação: muito alto – 30%, alto 49%, moderado – 18%, baixo – 3%; quanto à tipologia: operacional – 46%, integridade – 27%, conformidade – 18%, imagem/reputação – 6%, financeiro – 3%; **b) Setor de Atendimento à Emergências** - identificados e avaliados 21 eventos de risco, sendo: quanto à classificação: muito alto – 9%, alto 62%, moderado – 24%, baixo – 5%; quanto à tipologia: integridade – 29%, conformidade – 33%, imagem/reputação – 29%, financeiro – 9. O senhor Jônatas questionou se houve um envolvimento direto da equipe da Diretoria E com a Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos – PMC, responsável pela condução desse processo na Companhia, ao que a senhora Carolina respondeu afirmativamente, informando que houve reuniões entre as equipes, o Gabinete, a consultoria e a PMC, e que o desafio maior será posterior a esta etapa, envolvendo a mitigação e acompanhamento dos riscos. O senhor Rodrigo observou em relação ao risco de imagem/reputação citando como exemplo, o monitoramento das condicionantes em relação ao atendimento à incidentes/emergências. A senhora Carolina informou que essa situação específica envolve a interação com outras entidades, como Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, as quais são responsáveis por liderar/coordenar a operação, cabendo à CETESB apenas o apoio/suporte, e que o acompanhamento quanto ao desdobramento da ocorrência, após atendida a ocorrência, é feita pela agência ambiental. O senhor Rodrigo e a senhora Kelly arrazoaram em relação à ocorrência no início do mês relativa à contaminação do Rio Piracicaba por lançamento irregular de efluentes no Ribeirão Tijucu Preto, provocando a mortandade de peixes, ressaltando que, na visão da mídia, a CETESB é mais responsável em tratar do problema do que a empresa que provocou o acidente. Sobre o **tópico 6**, destacou que a Diretoria E foi uma das que trouxeram maior aporte em relação à criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, principalmente em razão dos laboratórios, e que o efeito da aplicação da DD nº 041/2024/E, de 07.06.2024, será positivo e notório num horizonte de 5 a 10 anos, colocando a empresa numa trilha que já existe desde 2017 (conforme a Lei nº 10.973 de 02.12.2024, regulamentada pelo Decreto nº 62.817, de 04.09.2017) que permitirá projetá-la em novo patamar, tanto na forma de pensar quanto na modernização. A senhora Marisa ponderou que essa iniciativa viabilizará inclusive novos recursos provenientes de editais de Pesquisa e Desenvolvimento, como da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da FAPESP. Sobre o **tópico 7**, destacou a introdução de quatro Decisões de Diretoria que refletem uma curva em busca do aprendizado e qualidade na atuação da CETESB por meio do diálogo com setores específicos, sendo: **a)** DD nº 096/2023/E/C, 20/12/23 - dispõe sobre novo procedimento para apresentação do Plano de Aplicação de Vinhaça-PAV em complemento à Norma Técnica CETESB P4.231/2015; **b)** DD nº 067/2023/E, 17/08/23 - dispõe sobre a aprovação de limites máximos permitidos para parâmetros microbiológicos e parasitológicos em efluentes e águas residuárias aplicados ao solo agrícola; **c)** DD nº 044/2023/C/E, 19/05/23 – relativa à revisão do Plano de Automonitoramento de Efluentes Líquidos; **d)** DD nº 056/2024/E, 22/07/24 – que dispõe sobre o agrupamento em blocos das etapas do gerenciamento de áreas contaminadas e o procedimento de solicitação de Pareceres Técnicos para submissão à CETESB dos relatórios referentes à execução das etapas do “Procedimento para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas”. O senhor Cláudio ponderou que o setor de maior predominância na descontaminação de áreas em São Paulo é o imobiliário, ressaltando que a lei americana estabelece incentivos fiscais para empresas atuarem nesse sentido. O senhor Jônatas e a senhora Rose chamaram a atenção e ponderaram sobre aspectos que estão sendo tratados no âmbito federal relativos à revisão da Resolução CONAMA nº 420, de 28/12/2009 que trata do estabelecimento de diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas. Sobre o **tópico 8**, destacou o **Workshop dos Relatórios de Qualidade**, cuja intenção é trazer uma discussão/reflexão com as diretorias “C” e “I” a fim de propor melhorias nos Relatórios de Qualidade Ambiental e Emissão Veiculares visando uma forma objetiva e tempestiva para utilização/aplicação dos dados, tanto interna quanto externamente, bem como ressaltou o foco em quatro pontos; **8.1) Desafios quanto aos Indicadores Operacionais** – **a)** maior controle sobre as atividades, com vistas a identificar gargalos, promover agilidade,

qualidade e validação dos dados; **b)** definir a capacidade operacional - otimizar atendimento à Diretoria C; **c)** agilidade e tempestividade na emissão dos relatórios; **8.2) Desafios quanto à qualidade dos dados ambientais e transparência** – **a)** projeto Portal de Recursos Hídricos, visando a reestruturação e governança da base de dados - FEHIDRO – R\$ 5 milhões; **b)** novas estações de monitoramento automáticas: médio Tietê e na região de Piracicaba - FEHIDRO – R\$ 5 milhões; **c)** estudo de carga difusa – Integra Tietê e floração de algas, ao que o senhor Rodrigou ponderou sobre os efeitos/riscos da floração de algas quanto ao assoreamento, sugerindo a atuação do NIT nessa questão; **d)** *Storytelling* com dados (estratégica de combinação de dados para embasar argumentos e simplificar análises): Projeto FEHIDRO – R\$ 700 mil; **8.3) Desafios quanto à Integração dos Laboratórios** – **a)** logística otimizada de transporte de amostras e vocação dos laboratórios descentralizados; **b)** projeto de logística de transporte FEHIDRO – R\$ 4 milhões; **8.4) Desafios quanto à Regulação** – **a)** revisão da DD nº 38/2017 - Manual de Gerenciamento de ACs; **b)** Participação na revisão da CONAMA nº 420/2009 e PL 2732/2011; **c)** revisão da Resolução Conjunta SMA/SERHS/SES - 3, de 21.6.2006; **d)** DD com limites de COT para controle da qualidade dos recursos hídricos; **e)** capacitação da equipe em Regulação. O senhor Thomaz reportou duas considerações da senhora Marisa, que precisou se ausentar, sendo: uma em relação à avaliação da distribuição das equipes nos cargos de gestão, considerando que estas respondem tanto pela gestão do processo quanto pelas demandas; e outra em relação a “como fazer” uma melhor interação entre os monitoramentos da qualidade do ar, efluentes e emissão de GEE. Em seguida, salientou que há dois pontos que absorvem maior energia da equipe da “E”: um em relação ao alto consumo do orçamento, em razão da natureza/característica das áreas, tanto quanto à estrutura de pessoal (aproximadamente 350 funcionários), quanto à operação, para atender principalmente as necessidades dos laboratórios (aquisição/manutenção/atualização de equipamentos e logística); e outro em relação à Áreas Contaminadas – AC, salientando que embora tenha feito sentido a migração deste departamento para a diretoria E, em razão do maior foco em qualidade ambiental, em termos de estrutura na prestação de serviço se diferencia do restante das atividades da Diretoria, considerando que o laboratório está voltado ao público interno (equipes de licenciamento – diretorias C e I) e que a equipe não tem o perfil/capacitação para o atendimento direto do público externo, ressaltando que esses dois pontos tem sido objeto de discussão quanto à redefinição de estratégia. O senhor Cláudio ponderou sobre a possibilidade de parcerias com outros laboratórios a fim de oferecer serviços a outros estados, ao que o senhor Thomaz informou que há aspectos que dificultam esse propósito, especialmente quanto à maior competitividade de outros laboratórios (escala de produção/baixo custo), e que a característica da empresa não é comercial, mas focada na qualidade de dados. Acrescentou que quanto às questões mais estratégicas, como a rede de monitoramento para cobertura ampla no Estado, a CETESB está bem estruturada e atendendo satisfatoriamente as demandas, principalmente as provenientes da SEMIL, considerando os projetos de recuperação como o Integra Tietê, o qual está ancorado nos dados da Diretoria E. O senhor Luiz Ferraro observou em relação à necessidade de implementar um “padrão de gestão” na Companhia, a fim de avaliar a eficiência da equipe de gestores (níveis: departamento, divisão e setor), em cada diretoria, ao que chamou esse processo de “gestão da gestão ou gestão de gestores”. A senhora Carolina afirmou que tem trabalhado nesse sentido, por meio de reuniões em sua diretoria, solicitando *feedbacks* de como os gestores conduzem a gestão de suas equipes, além de abordar temas sobre liderança, governança e tipos de gestão, por meio de *lives*. O senhor João Ricardo, em outro contexto, sugeriu que a senhora Carolina discorresse futuramente sobre qual seria a participação da emissão veicular (fontes móveis) no monitoramento da qualidade do ar na capital e região metropolitana, questionando se o quantitativo de 177 fiscalizações de inspeção veicular, conforme reportado, é uma amostra considerada suficiente, ao que ela se prontificou para oportunamente discutir essa questão. Ao final, os membros agradeceram a senhora Carolina pela apresentação. Na sequência, o senhor Adriano discorreu sobre o **desempenho da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental “C”**, ressaltando o propósito de demonstrar os avanços na gestão no período 2023-2024, a partir dos seguintes **tópicos**: **1)** Plano

de Ações Emergenciais 2023; 2) Revisão e aprimoramento dos procedimentos de licenciamento; 3) Atendimento dos Projetos Institucionais; 4) PPR 2024; 5) Painel de Contribuição 2024; 6) Indicadores do Plano Plurianual; e 7) Outras Informações – Licenciamento e Fiscalização em números e Projeto Integra Tietê. Sobre o **tópico 1**, destacou os pontos de atenção, evidências e situação (status) relativamente as quatro ações vinculadas aos Objetivos Específicos-OE que integram o eixo 4 - Normas e Procedimentos (Licenciamento Ambiental), quais sejam: **Ação 1**: Proposta de ampliação do Licenciamento por Adesão e Compromisso (Via Rápida Ambiental-VRA), vinculada ao OE “*avaliar a ampliação de licenciamento por adesão e compromisso para atividades viáveis e compatíveis*” - **Ponto de Atenção**: ação foi alterada para atender ao Facilita SP com relação à dispensa de licenciamento para CNAEs (desburocratização do Governo de São Paulo). Prazo para minuta do decreto até 07/02/24 e resolução interna até 29/02/2024 – **Evidência**: minuta de decreto e Nota Técnica – **Status**: concluído em 1º semestre de 2024; **Ação 2**: Revisão e aprimoramento dos procedimentos, vinculada ao OE “*otimizar o fluxo dos processos e reduzir estoque*” – **Evidência**: Decisões de Diretoria publicadas – **Status**: concluído em 2023 (ação contínua); **Ação 3**: Plano para análise de Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental – TCRA, vinculada ao OE “*otimizar o fluxo dos processos e reduzir estoque*” - **Ponto de Atenção**: Desdobramento em ações no projeto “De olho na recuperação ambiental” – **Evidência**: diagnóstico do estudo piloto no município de Jales — **Status**: concluído em 2023; **Ação 4** - Ampliação das atividades a serem sujeitas ao licenciamento municipal, vinculada ao OE “*qualificar a demanda, reduzindo a entrada de processos que podem ser simplificados ou municipalizados*” - **Ponto de Atenção**: minuta da Comissão Processante está finalizada, faltando a tramitação no CONSEMA e discussão/aprovação na plenária - **Evidência**: minuta de Deliberação do CONSEMA - **Status**: concluído em 2023. Na sequência, acrescentou considerações em relação à cada uma das ações: quanto à **ação 1** - que consiste na estratégia de dar maior agilidade aos licenciamentos de baixo impacto, sendo feito ensaio quanto ao Termo de Compromisso para tipologia de Postos de Combustíveis, salientando que consiste na maior demanda de licenciamento no Estado (cerca de 10 mil); quanto à **ação 2** - que visa maior racionalidade aos processos por meio de um conjunto de DDs, sendo que a ideia principal é fomentar os licenciamentos que competem à diretoria C (baixo impacto); quanto à **ação 3** - que partiu do diagnóstico de um passivo expressivo quanto à verificação de aproximadamente 30 mil TCRA, conforme mencionou em reuniões anteriores (591ª RCA de 29.08.23); quanto à **ação 4** - que o objetivo é fortalecer o licenciamento para maior amplitude no Estado. Sobre o **tópico 2**, destacou as **Decisões de Diretoria** que evidenciaram o cumprimento **quanto à Revisão e Aprimoramento dos Procedimentos de Licenciamento**, sendo: **a) seis em 2023**: DD nº 007/2023/C - que estabelece critérios para a dispensa de licenciamento ambiental de condomínios e de desmembramento com fins residenciais que específica; DD nº 027/2023/C – que estabelece procedimentos simplificados para a renovação da Licença de Operação; DD nº 028/2023/C – que estabelece orientações para a análise e emissão de licenças para Sistemas de Tratamento de Efluentes Líquidos - STELs e Estações Elevatórias de Esgotos – EEEs; DD nº 029/2023/C – que estabelece procedimento para solicitação, análise e emissão de autorizações para intervenção em recursos naturais menores que 1.000 m<sup>2</sup> e corte de árvores nativas isoladas em número menor ou igual a 100 exemplares; DD nº 046/2023/C/I – que dispõe sobre o licenciamento ambiental de galpões de logística; 044/2023/C/E – que revisa a DD nº 54/2022/C/E/I, que estabelece os procedimentos para elaboração e implementação do Plano de Auto monitoramento de Efluentes Líquidos – PAEL; DD nº 066/2023/C – que dispõe sobre a renovação da Licença de Operação de postos de combustíveis; DD nº 083/2023/A/C – que dispõe sobre demonstração do cumprimento da Logística Reversa no Licenciamento Ambiental - Orientações às Agências Ambientais e à Divisão de Economia Verde e Logística Reversa, salientando que os processos de licenciamento não são interrompidos nos casos de estabelecimentos interessados na logística reversa que tenham passivo ambiental; **b) duas em 2024**: DD nº 018/2024/C/I – que dispõe sobre o licenciamento ambiental das obras relacionadas ao Programa Integra Tietê e sobre alteração parcial da estrutura organizacional da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, que resultou na

criação da 47ª agência ambiental para tratar de projetos especiais especialmente abarcando os projetos que envolvem a SABESP para ganho de escala/produtividade/qualidade; DD nº 023/2024/C/I – que estabelece o procedimento para licenciamento das unidades de armazenamento, transferência, triagem, reciclagem, preparo, recuperação energética, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, ressaltando que visa especialmente ampliar a atuação da Diretoria “C” a fim de amenizar a crise na região metropolitana e litoral quanto à emissão de licenças relativas à ampliação de aterros. Em seguida, destacou que outra iniciativa em 2024 foi o desenvolvimento de formulário de verificação de processos do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo-GRAPROHAB, referente à recepção de pedidos de licenças de loteamentos, com apresentação ao Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais-SECOVI, salientando que está em teste há três meses, e que lista as informações verificadas pela CETESB durante a análise dos processos visando acelerar a análise, e servindo como um espelho do parecer técnico. Sobre o **tópico 3**, destacou a situação relativamente aos indicadores associados a dois Projetos Institucionais: PI 4 “De Olho na Recuperação Ambiental” e PI 5 “Licencia Mais - Município Legal”. **Relativamente ao PI 4**, vinculada ao OE de “*efetuar a verificação e acompanhamento da execução dos TCRA decorrentes dos processos de licenciamento não sujeitos à avaliação de impacto ambiental, com prazo de execução do Termo até 30/09/2024, firmados em processos sob responsabilidade da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, que corresponde a 2.360 TCRA*”, informou que o andamento/resultados estão desmembrados nas seguintes tarefas:  **tarefa 1** - estabelecimento de metodologia de trabalho – 100% concluído, salientando que correspondeu ao estudo (piloto) realizado no município de Jales para aplicação às demais agências;  **tarefa 2** - digitalização dos processos físicos (2.082 processos) – em curso, sendo: digitalização: 44,8% (933 processos) e digitalização não necessária: 15% (304 processos), ressaltando que este processo teve início a partir de 2017;  **tarefa 3** - finalização da fase de avaliação inicial – 63,4% (1.497 TCRA);  **tarefa 4** - verificação de 8% do estoque de processos referentes a TCRA, com mais de 5.000 mudas – verificados 308 TCRA (13,1% do estoque total), restando 2.052 pendentes. Os senhores Rodrigo e Cláudio questionaram se o plantio é “obrigação de fazer” do inadimplente, ao que o senhor Adriano respondeu afirmativamente, sendo a verificação do TCRA vinculado ao acompanhamento/execução do plantio, não havendo outra opção/forma de compensação. O senhor Luiz Ferraro comentou que no estado da Bahia foi possível a conversão em pecúnia, sendo que não houve parecer jurídico favorável quanto à mudança da finalidade, sendo possível apenas a consolidação de áreas de restauração. O senhor Thomaz ponderou sobre a possibilidade de iniciar o restauro e posteriormente proceder o abatimento por meio de cotas. **Relativamente ao PI 5**, o senhor Adriano informou que corresponde a “*fomentar a adesão dos municípios ao licenciamento ambiental*”, descreveu a situação em relação à programação de eventos, sendo:  **evento 1** - publicação da DD nº 016/2024/P “curso gratuito para os municípios” – concluído em 08/03/24;  **evento 2** - reuniões de promoção e esclarecimentos junto aos municípios -  **a**) janeiro-fevereiro/2024 – realizado em 09/02 em Assis;  **b**) março-abril/2024 – 5 encontros, sendo: 08/03 – Consórcio do Vale do Paraíba (São José dos Campos), 15/03 – Secretaria de Meio Ambiente (SMA) de Sorocaba, 03/04 – Litoral Norte (Ilhabela, São Sebastião e Caraguatatuba), 09/04 – Jundiá, 24/04 – Litoral Sul (Itanhaém, Peruíbe e Praia Grande);  **c**) maio-junho/2024 – 7 encontros, sendo: 02/05 – SMA de Pindamonhangaba, 08/05 – CIENSP (Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo) e outros, 14/05 – Carapicuíba, 23/05 – SMA de Araraquara, 10/06 – SMA de Ibiúna, 13/06 – Litoral Sul (Santos, Guarujá, Itanhaém e Peruíbe), 19/06 – Bragança Paulista;  **d**) julho-agosto/2024 – concluído em 03/07 – Consórcio CICESP;  **evento 3** - municipalização do Licenciamento Ambiental (Resolução CONSEMA 1/2024) – publicação em 17/04/24;  **evento 4** – capacitação dos municípios licenciadores, sendo:  **a**) Licenciamento Ambiental aplicado no âmbito municipal – Turma 1, realizado de 13 a 24/05/24 e Turma 2, programado para 23/09 a 04/10/24;  **b**) Licenciamento Ambiental aplicado no âmbito municipal - enfoque em Áreas de Proteção de Mananciais-APM/APRM – Turma 1, realizado de 17/06 a 21/06/24 e Turma 2, programado para 21/10 a 25/10/2024. Na sequência



demonstrou os indicadores quanto à evolução dos municípios para atuarem no licenciamento ambiental, tanto em relação ao início das atividades quanto em relação à troca de nível de aptidão (baixo, médio e alto impacto), sendo: **a)** 13,95% de efetividade, correspondente a 90 municípios capacitados em relação ao total (645), com a seguinte distribuição/evolução, de abril para julho/2024, respectivamente, quanto ao número de municípios capacitados para atuar em cada nível: baixo impacto – de 39 (43%) para 36 (40%); médio impacto – de 25 (28%) para 19 (21%); e alto impacto de 26 (29%) para 35 (39%); **b)** novos municípios ou mudança de nível de aptidão: 2 municípios passaram de “baixo” para “alto”; 6 municípios passaram de “médio” para “alto”, e 1 município habilitado em 2024; **c)** total de municípios esclarecidos – 103; **d)** total de municípios capacitados – 25, com a participação de 117 alunos. Sobre o **tópico 4**, informou a situação relativamente a duas metas do PPR 2024: Meta 5, que trata da “*redução do passivo acumulado de solicitações de licenciamento ambiental (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação - LI, Licença Prévia e de Instalação concomitante - LP/LI, Licença de Operação – LO e Licença de Operação - Renovação - LOR), ao final de 2024 para 4.834 solicitações*” e Meta 6, que trata da “*verificação do cumprimento de 8% do estoque de TCRAs que possuem mais de 5 mil mudas e com prazo de execução do Termo limitado a 30.09.2024, firmados em processos sob responsabilidade da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, que corresponde a 2.360 TCRA*”, conforme mencionado no tópico anterior. Relativamente à Meta 5, ressaltou: **a)** quem em 2023, pela primeira vez após 5 anos, foi possível baixar o estoque de licenças; **b)** que os indicadores de 2024 - Alvo (4.834) e Patamar Mínimo (6.215), correspondem à redução de aproximadamente 30% e 10%, respectivamente, em relação ao passivo de 2023; **c)** que em junho o estoque passou a 7.022 processos, correspondente a um aumento de 1,67% em relação à posição final de 2023 (6.906), decorrente principalmente da implementação do novo sistema (e-Cetesb) no início de 2024, e redução de 3,9% em relação a maio (março – 7.082; abril – 7.175; maio – 7.307) devido a ação coordenada junto às Agências com a estratégia de atuar nos primeiros 10 dias do mês as RLO solicitadas em 2023 que representam 70% do estoque; **d)** que em julho, excepcionalmente, não há uma expectativa favorável em razão de ser um período de férias e da mobilização das equipes das agências da região de Piracicaba em torno do acidente local no início do mês, conforme mencionado anteriormente. Relativamente à Meta 6, acrescentou aos dados já informados no tópico anterior, que a verificação dos TCRAs segue a evolução em relação aos meses anteriores (março – 6,6%; abril – 9,4%; maio – 11,1%; junho – 13,1%). O senhor Thomaz solicitou que o senhor Adriano comente sobre uma observação do senhor Cláudio quanto à distribuição da produção nas agências. O senhor Adriano informou que cada um dos 5 departamentos responde em média por 10 agências, e que a estratégia para manter um equilíbrio no atendimento das demandas, tem sido mobilizar as equipes com maior disponibilidade, tanto dos departamentos quanto das agências, numa operação de apoio, citando como exemplo os intercâmbios com as agências de Itu, São José do Rio Preto, Botucatu, Itapetininga e Americana, ressaltando junto às equipes a importância do trabalho conjunto nos resultados da Diretoria. O senhor Cláudio e a senhora Kelly observaram que no passado eram reportados/discutidos os indicadores de desempenho/produzividade das agências, se reportando ao relatório “ranking de desempenho de agências” conforme referido na 557ª RCA de 14/04/21 e 582ª RCA de 26/01/23, ao que o senhor Adriano informou que esta questão é difícil de ser avaliada em razão de diferentes fatores e características de cada região, citando como exemplo as agências do litoral, que apesar de terem menor demanda comparativamente às do interior/capital, respondem por processos mais complexos que muitas vezes repercutem em outras instâncias como o Ministério Público. Sobre o **tópico 5**, informou que contempla três Projetos Institucionais: PI 1 “CETESB Informa”, PI 8 “RepensE” e PI 4 “De Olho na Recuperação Ambiental”, destacando os objetivos de contribuição da área, metas do período, ações e resultados alcançados até junho/24, sendo: **a) relativamente ao PI 1** - a produção/divulgação junto à área de comunicação de matérias/eventos pela Diretoria, Departamentos, Divisões e Agências, veiculadas na intranet e internet/redes sociais (Instagram, Canal do YouTube ou LinkedIn), cujos resultados superaram as metas, incluindo seminários técnicos/palestras e vídeos de curta duração; **b)**

**relativamente ao PI 8** – a publicação de 3 DD's relativas a novos procedimentos de licenciamento ambiental ou controle, ante a meta de 4, além do atendimento de outras relativas à elaboração de procedimentos e manifestações envolvendo os Departamentos, Divisões e Agências, associadas aos objetivos de contribuir sob o ponto de vista regional e operacional acerca dos procedimentos propostos, conforme já referidas no tópico 2; e **c) relativamente ao PI 4** – o resultado de 308 TCRA's verificados, ante a meta de 196 TCRA's, salientando que 5 Departamentos e 29 Agências cumpriram a meta, vinculada a três objetivos específicos: Diretoria - coordenar as estratégias de enfrentamento da situação; Departamentos - apoiar as Divisões na realização das verificações dos TCRA's; Agências e Divisões - contribuir sob o ponto de vista operacional acerca dos procedimentos propostos. Sobre o **tópico 6**, destacou os seguintes resultados: **a) relativo ao Programa 2604** – Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado; Ação: 5071 – Gestão e Acompanhamento do Licenciamento de Baixo Impacto Ambiental; Produto: 2331 – Licenças e Documentos para Empreendimentos/Atividades não sujeitos ao Licenciamento com AIA – **a1) Indicador (programa)** - % de Processos de Licenciamento ambiental analisados dentro do prazo legal (180 dias) - Meta 2024: 79%, sendo o realizado: jan – 81,3%, jan-fev – 80,1%, jan-mar – 79,8%, jan-abr – 80,1%, jan-mai – 81%, jan-jun – 81,6%; **a2) Indicador Orçamentário** - quantidade de documentos emitidos (incluindo licenças, exceto LPIO do VRA, Parecer Grapohab, autorizações, exceto do VRA, alvarás e pareceres e termos de indeferimento) - Meta 2024: 24.375 – Realizado (manifestações técnicas): jan – 1.857, fev – 1.918, mar – 2.126, abr – 2.434, mai – 2.138, jun – 2.391, total – 12.864; **a3) Indicador Qualidade** - % de atendimento das solicitações de licenças (LP, LI, LP/LI, LO e LOR) protocoladas no ano e as remanescentes de anos anteriores - Meta 2024: 71% - Realizado: jan – 17%, fev – 29%, mar – 39%, abr – 48%, mai – 54%, jun – 60%; **a4) ICTEM** – Indicador de Coleta e Tratamento do Esgoto da População Urbana de Município nos municípios pertencentes às UGRHI que compõem o Rio Tietê - Meta 2024: 7,07, vinculada ao Programa Integra Tietê; **b) relativo ao Programa: 2623** – Planejamento, Formulação e Apoio à Implantação de Ações Sustentáveis da Política de Saneamento Básico Ação: 6355 – Fiscalização em Locais de Disposição de Resíduos Urbanos da Coleta Municipal Produto: 2519 – Monitoramento dos Aterros no Estado – **b1) Indicador Orçamentário** - quantidade de ações de fiscalização realizadas pelos agentes credenciados da CETESB nos locais de disposição de resíduos urbanos de coleta municipal (2 inspeções em aterro adequado e 3 em inadequado) - Meta 2024: 680 inspeções – Realizado (janeiro a abril): 296 inspeções; **b2) Indicador Qualidade** - % de habitantes atendidos por aterros de resíduos urbanos com disposição adequada - Meta 2024: 97,56% - Realizado (janeiro a abril): 98,09%. Sobre o **tópico 7**, reportou os seguintes dados relativos a 2023 e 2024 (1º semestre), respectivamente, quanto ao Licenciamento e Fiscalização: **a) atendimento de solicitações:** Licenças - 22.945 e 10.558, Autorizações – 5.438 e 2.432, GRAPROHAB – 772 e 386, e outras solicitações (CADRI, Parecer Técnico, Alvará, entre outras) – 16.247 e 7.101; **b) documentos emitidos pelo procedimento simplificado:** intervenção em recursos naturais (autorização) – 13.077 e 8.638, Licença - Fonte de Poluição/LPIO – 4.707 e 1.995; **c) inspeção:** 38.832 e 16.361; **d) auto de infração-AI:** AI advertência – 4.324 e 1.832, AI multa – 2.093 (total de R\$ 86,28 milhões) e 1.127 (total de R\$ 38,21 milhões), AI embargo – 86 e 47, AI multa diária – 34 e 21. O senhor Jônatas questionou sobre o valor da multa aplicada em relação à contaminação do Rio Piracicaba, conforme mencionado anteriormente, ao que o senhor Adriano informou que foi de R\$ 18 milhões, baseada nos agravantes de falta de comunicação da ocorrência e da extensão/impacto da contaminação. Concluiu destacando que no âmbito do Projeto Integra Tietê, a nova Agência Ambiental de Projetos Especiais (47ª, criada conforme DD 018/2024/C/I) emitiu: Licença de Instalação da Estação Elevatória de Esgoto Anhanguera (EEE Anhanguera); Licença de Instalação da ETE Perus; e Autorização para supressão de vegetação nativa para implantação da ETE Perus, destacando a celeridade do processo/emissão (60 dias). Por fim, demonstrou a funcionalidade do Painel de licenciamento, desenvolvido por meio do aplicativo *PowerbBI* com dados extraídos do sistema e-Cetesb visando propiciar análises mais dinâmicas. O senhor Thomaz observou que em suas visitas às agências ambientais houve

manifestações de elogios dessa ferramenta em razão da posição atualizada destes indicadores. O senhor Rodrigo ponderou em relação à aspectos específicos do VRA, chamando a atenção em relação à demanda na região do litoral norte (Ilha Bela e Ubatuba) com reflexos no CONSEMA, ao que o senhor Adriano informou que verificará. O senhor Luiz Ferraro reiterou sua observação ao senhor Adriano quanto à questão da “gestão dos gestores”, ao que ele discorreu sobre a dinâmica deste processo em sua diretoria, destacando a participação dos assistentes no apoio aos departamentos, além de reuniões mensais para discussão de assuntos relevantes e desempenho/resultados. Ao final os membros agradeceram ao senhor Adriano pela apresentação. Quanto a **outros assuntos**, registre-se que: **a) Avaliação dos Administradores** - além dos materiais desta apresentação, foi disponibilizado previamente pela Secretaria Executiva do Conselho de Administração no Portal de Governança, as adequações ao formulário de Avaliação dos Administradores 2023-2024 (Anexo IIa da Deliberação CODEC 2, de 15 de março de 2024), efetuadas pelo PD, conforme sugeridas e deliberadas na reunião anterior (602ª RCA de 25/06); **b) Ofício Circular CODEC nº 004/2024 de 21/03/2024**, o teor do referido Ofício que informa sobre a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, da Deliberação CODEC nº 1, de 15 de março de 2024, que “*Dispõe sobre as normas gerais para a fixação de remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, a serem observadas pelas empresas nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente*” e a Deliberação CODEC nº 2, de 15 de março de 2024, que “*Estabelece as diretrizes para a avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo*”, substituindo, respectivamente as Deliberações CODEC nº 1, de 01/02/2023, e nº 4, de 29/11/2019, e solicita providências no sentido de incluir a matéria na pauta da próxima reunião do Conselho de Administração, de forma a tornar vinculante, a partir de então, no que couber, a observância dos mencionados dispositivos, foi cientificado aos membros na 600ª RCA de 23/04/2024 por meio da disponibilização dos referidos documentos no Portal de Governança. O Presidente Jônatas anunciou que a próxima reunião ordinária será no dia 27/08/2024, terça-feira, às 14h. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata e assinada digitalmente pelos senhores conselheiros e por mim secretário.



# Assinaturas do documento



"Ata 603ª RCA de 30.07.24"

Código para verificação: **51FYKLJP**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **CLAUDIO CARVALHO DE LIMA** (CPF: 162.XXX.488-XX) em 01/10/2024 às 12:48:29 (GMT-03:00)  
Emitido por: "AC SOLUTI Multipla v5", emitido em 07/11/2023 - 17:00:00 e válido até 06/11/2024 - 17:00:00.  
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **MARISA MAIA DE BARROS** (CPF: 075.XXX.527-XX) em 17/09/2024 às 03:38:42 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 20/01/2023 - 10:39:55 e válido até 20/01/2123 - 10:39:55.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JONATAS SOUZA DA TRINDADE** (CPF: 789.XXX.501-XX) em 02/09/2024 às 13:47:58 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 12/01/2023 - 17:59:20 e válido até 12/01/2123 - 17:59:20.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** (CPF: 303.XXX.838-XX) em 30/08/2024 às 18:09:56 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 18/01/2023 - 16:08:24 e válido até 18/01/2123 - 16:08:24.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SIMONE PATRICIA DA SILVA** (CPF: 101.XXX.558-XX) em 28/08/2024 às 17:20:41 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 11/09/2022 - 16:57:59 e válido até 11/09/2122 - 16:57:59.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **KELLY LOPES LEMES** (CPF: 183.XXX.648-XX) em 28/08/2024 às 15:07:41 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 20/12/2023 - 10:57:01 e válido até 20/12/2123 - 10:57:01.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOSE PAULO NEVES** (CPF: 015.XXX.318-XX) em 28/08/2024 às 08:37:55 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 08/01/2024 - 15:43:48 e válido até 08/01/2124 - 15:43:48.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RODRIGO LEVKOVICZ** (CPF: 295.XXX.718-XX) em 27/08/2024 às 19:30:57 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 14:15:34 e válido até 27/05/2122 - 14:15:34.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA** (CPF: 722.XXX.677-XX) em 27/08/2024 às 18:18:02 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 03/08/2022 - 07:46:27 e válido até 03/08/2122 - 07:46:27.  
(Assinatura do sistema)

*Esta página foi gerada automaticamente pelo sistema para detalhamento das assinaturas e não é contabilizada na numeração de páginas de processo.*



# Assinaturas do documento



## "Ata 603ª RCA de 30.07.24"

- ✓ **ROSE MIRIAN HOFMANN** (CPF: 039.XXX.349-XX) em 27/08/2024 às 17:16:16 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 23/06/2023 - 16:14:31 e válido até 23/06/2123 - 16:14:31.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **VALDECIR SARROCHE DA SILVA** (CPF: 065.XXX.108-XX) em 27/08/2024 às 16:41:08 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 06/10/2022 - 12:42:11 e válido até 06/10/2122 - 12:42:11.  
(Assinatura do sistema)
  
- ✓ **LUIZ ANTONIO FERRARO JUNIOR** (CPF: 154.XXX.928-XX) em 27/08/2024 às 15:26:23 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 21/06/2023 - 13:33:10 e válido até 21/06/2123 - 13:33:10.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **CETESB.089989/2023-13** e o código **51FYKLJP** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.